



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 758746
Natureza: Tomada de Contas Especial
Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Sindicato Rural de Gouveia

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial relativa ao Convênio n. 1.2009/2005, celebrado entre a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e o Sindicato Rural do Município de Gouveia, com o objetivo de repassar R\$30.000,00 (trinta mil reais) – parcela única – ao conveniente a fim de que este adquirisse um trator agrícola usado.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Segunda Câmara de 10/09/2015 (f. 271 v.), os conselheiros julgaram irregulares as contas e determinaram a restituição ao erário estadual de R\$ 52.157,70 (cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e sete reais e setenta centavos) pelo Sr. Antônio Ailton Ribas, Presidente do Sindicato à época, e, ainda, aplicaram-lhe multa no valor de R\$5.672,36 (cinco mil, seiscentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos).

A decisão transitou em julgado em 30/11/2015, conforme f. 274.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foram emitidas as Certidões de Débito n. 571/2016 e n. 572/2016 (f. 285/288), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio dos ACOMPANHAMENTOS CAMP n. 758746M1111 e 758746RE687, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 10, I e II, E art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 08 de março de 2017.

Mônica Fonseca Almeida Santos
Diretora em Exercício da Secretaria do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 04/2016, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 27/09/2016